

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA FLUTUANTE, DE MAKRO
ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 519 CEP 05536-900, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 47.427.653/0001-15, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e
- (b) Oliveira Trust DTVM S/A, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Condomínio Downtown – Barra da Tijuca, CEP 22.640-100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante, de Makro Atacadista Sociedade Anônima ("Escritura de Emissão", "1ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de agosto de 2009 ("AGE"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Da dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Instrução CVM n.º 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente).

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 23 de setembro de 2009, sob nº 336.489/09-4, nos termos da legislação em vigor, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal O Estado de São Paulo em 22 de setembro de 2009.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476/09 (“Investidor Qualificado”), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

2.4.3. Nos termos de seu Estatuto Social, o objeto social da Companhia consiste na distribuição e comércio do tipo atacadista ou varejista, inclusive em consignação ou comissão, por conta própria

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

ou de terceiros, nacionais ou estrangeiros, de gêneros alimentícios e não alimentícios, incluindo, entre outros, especiarias, bebidas em geral e vinagres, medicamentos em geral e correlatos, produtos de limpeza em geral e de toucador, móveis, tapetes, brinquedos, artigos eletro-eletrônicos-domésticos, artigos e equipamentos para escritório, artigos têxteis, roupas, calçados, instrumentos musicais, acessórios para automóveis, discos, fitas magnéticas, utensílios para "camping" e artigos de esporte e demais mercadorias e produtos industrializados em geral, podendo ainda, produzir, fabricar, alugar, arrendar, vender, importar e exportar tais bens, adquirir bens imóveis e títulos de qualquer espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 250 (duzentas e cinquenta) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora exclusivamente para a aquisição de produtos agropecuários junto a seus fornecedores que sejam produtores rurais, suas cooperativas ou da agroindústria listados no Anexo I desta Escritura de Emissão, bem como outros produtores rurais, suas cooperativas ou fornecedores da agroindústria com os quais a Emissora mantenha ou venha a manter relacionamento comercial, em um prazo não superior a 6 (seis) meses contados da Data de Emissão, para comercialização na rede de estabelecimentos da Emissora. O prazo de até 6 (seis) meses para comprovação da destinação dos recursos oriundos da Emissão mencionado acima poderá ser prorrogado de comum acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures.

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (Primeira) emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária

O banco mandatário da Emissão e instituição depositária das Debêntures é o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Banco Mandatário” e “Instituição Depositária”).

3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, conforme disposto no item 3.2. acima, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 31 de dezembro de 2008	R\$ (milhões)
1ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A)	250
Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 1ª Emissão)	0
Ativo Total (C)	1.431
70% do Ativo Total (D)	1.001
Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E)	5.2
70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E)	995.8
Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B)	995.8

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476/09 e nesta Escritura de Emissão.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de setembro de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada para ser a instituição depositária das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade.

4.5. Espécie e Garantia

As Debêntures serão emitidas com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo vigência de 361 (trezentos e sessenta e um) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 24 de setembro de 2010 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à acumulação de 111% (cento e onze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

(<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração", respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão, até a Data de Vencimento ou Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J Valor da Remuneração devido no final do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times P/100)]$$

onde:

k número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

P corresponde a 111,00;

TDI_k fator da Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com duas casas decimais;

Observações:

- (1) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.
- (2) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times P / 100)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- (3) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times P / 100)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (4) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.1.1. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), exclusive.

4.9.1.2. A Remuneração será paga em parcela única na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração"), observado o disposto na Cláusula 4.11.5. no caso de Vencimento Antecipado.

4.9.1.3. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração de " TDI_k " a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares de Debêntures, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

4.9.2.1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia útil em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.2.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.2.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.2.2., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.2.1. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. Neste caso a Taxa DI a ser utilizada para o cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estabelecido pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e a Emissora nos termos do item 4.9.2.1. acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir, mediante notificação, por escrito, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis*, conforme disposto no item 4.9.1. acima, a partir da Data de Emissão, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) Pedido, por parte da Emissora ou de quaisquer de suas empresas controladas ou coligadas ("Afiladas"), de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ou suas Afiladas ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se a Emissora ou suas Afiladas formularem pedido de autofalência; ou, ainda, se for verificado estado de insolvência da Emissora ou de suas Afiladas, incluindo acordo com credores, nos termos das legislação aplicável; ou ainda liquidação, pedido ou decretação de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou de suas Afiladas e não devidamente elidido no prazo legal;
- (ii) não pagamento, pela Emissora, de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (iii) realização de redução do capital social da Emissora ou de suas Afiladas após a Data de

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

Emissão e antes da Data de Vencimento sem a prévia e expressa anuência dos titulares das Debêntures;

- (iv) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, sem prévia anuência dos titulares das Debêntures, do controle acionário/societário da Emissora ou de suas Afiliadas, tal como definido no artigo 116 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");
- (v) alteração no objeto social da Emissora que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas na Data de Emissão, exceto se tal alteração ou modificação for referente à ampliação de seu objeto, mantida a preponderância das atividades existentes na Data de Emissão e/ou caso a referida alteração seja requerida por lei, norma ou entidade governamental ou administrativa
- (vi) pagamento, pela Emissora ou por suas Afiliadas, de dividendos, ressaltando o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação em lucros, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações referentes às Debêntures;
- (vii) alienação de ativos operacionais da Emissora ou de suas Afiliadas, ou caso sobre eles forem constituídos ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, em qualquer caso desde que tais ativos operacionais de forma individual ou agregado, em uma mesma operação ou série de operações relacionadas, tenham valor superior a R\$ 50 milhões e entendendo-se, para fins deste item, "ativos operacionais" como sendo ativos utilizados pela Emissora ou por suas Afiliadas, direta ou indiretamente, para a execução das atividades descritas em seus respectivos objetos sociais, exceto quando previamente aprovada pelos titulares das Debêntures. A presente declaração não abrange e não se aplica às garantias reais a serem outorgadas pela Companhia em favor do BNDES, relacionadas a financiamentos contraídos juntamente à referida instituição, durante o período de até 1 (um) ano a contar da presente data e até o limite de R\$ 250 milhões;
- (viii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ou suas Afiliadas, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 50 milhões, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, salvo se no prazo máximo de até 20 dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado, pela Emissora, que (i) o protesto foi indevidamente efetuado, (ii) for cancelado ou sustado, ou ainda (iii) forem prestadas garantias em juízo;]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (ix) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou de suas Afiliadas, decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50 milhões conforme corrigido monetariamente desde a emissão das debêntures pelo IGP-M, ou equivalente em outras moedas, salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (x) não-cumprimento de decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, ou contra qualquer Afiliada, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 10 milhões, ou o equivalente em outras moedas, valor este corrigido pelo IGP-M desde a Data de Emissão, no prazo de até 20 dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença tiver sua eficácia suspensa durante este prazo de cura de 20 dias corridos da data para pagamento, com expediente forense, contado do trânsito em julgado e enquanto assim permanecer;
- (xi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por suas Afiliadas, desde que tal situação não seja remediada pela Emissora dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento de notificação dos Debenturistas nesse sentido;
- (xii) limitação das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por suas Afiliadas, em qualquer caso desde que tal limitação afete de forma relevante o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e desde que tal limitação não seja revertida no prazo de 60 (sessenta) dias;
- (xiii) transformação da Emissora nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) as declarações e garantias prestadas pela Emissora constantes desta Escritura, conforme abaixo definido, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (xv) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora ou por suas Afiliadas, independentemente do valor, relativos a pagamentos a serem feitos aos titulares das Debêntures ou sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico;
- (xvi) transferência pela Emissora, ou por qualquer forma, cessão ou promessa de cessão a terceiros, dos direitos e obrigações adquiridas ou assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures;
- (xvii) descumprimento da obrigação de destinar os recursos captados por meio das Debêntures conforme estabelecido no item 3.4. desta Escritura de Emissão, dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da Data da Emissão;

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (i), (ii) e (iii) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (iv) a (xvii) do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, se tal Assembléia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (iv) a (xvii) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Caso a Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.3. acima não exima o Agente Fiduciário sobre eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75%(setenta e cinco) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.


Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 15 (quinze) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado

As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos ainda a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no jornal "Estado de São Paulo" edição regional.

4.18. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento do pagamento referente às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor Financeiro da Emissora, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;

- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
 - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
 - (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (v) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
 - (vi) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (vii) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
 - (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (c) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e que lhe forem aplicáveis, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras publicadas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (i) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com o Coordenador Líder ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (l) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e a CETIP;

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e desde que haja ocorrido algum inadimplemento da Emissora que motivasse a referida cobrança
- (n) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (p) em até 15 (quinze) dias do encerramento do prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Emissão (ou de eventual prorrogação que venha a ser acordada com os titulares das Debêntures), ou até a utilização integral dos recursos, o que ocorrer primeiro, entregar aos Debenturistas uma declaração sobre a destinação dos recursos captados por meio da Emissão nos termos da Cláusula 3.4, acima acompanhada de relatório da alocação dos recursos entre seus fornecedores que sejam produtores rurais, suas cooperativas ou da agroindústria.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (n) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (m) do item 5.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP, observada a condição de companhia fechada da Emissora.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust DTVM S/A, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos nos respectivos atos constitutivos, necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (d) não tem qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (f) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (e) Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, serão acrescidos a remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos;
- (f) As parcelas da remuneração referenciadas nos itens “a” e “b” acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário e desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (h) solicitar, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, quando considerar necessário e mediante justificativa razoável e fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista no item 4.17 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:




**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, na forma do item 4.17, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

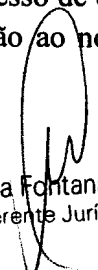
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.5.1. Fica desde já estabelecido que o Agente Fiduciário deverá obter aprovação prévia dos Debenturistas para prosseguir com a solicitação ou publicação de quaisquer informações ou documentos de propriedade ou relativos à Emissora. Referida aprovação poderá ser obtida por qualquer meio escrito, incluindo, mas não se limitando, a mensagens de correio eletrônico (e-mail).

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) e (b) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (b) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avançada nesta Escritura de Emissão.


Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.

6.8.4. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (v) no item 4.11. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.4. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.


R

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.9.3. desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

Christina Pontana Guerini
Gerente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato relevante da qual a Emissora seja parte ou pela qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) exceto por aqueles mencionados nas suas demonstrações financeiras ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;

Christina Fontana Guerini
Agente Jurídico

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

- (i) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (j) não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (k) que seja do conhecimento da Emissora, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA

Rua Carlos Lisdegno Carlucci, 519,

CEP 05536-900, São Paulo- SP

At.: Ronaldo de Andrade Junior

Tel.: (011) 3745.2819/2818

Fax: (011) 3745.2762


Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

E-mail: randrade@makro.com.br - c/c claugusto@makro.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205

Condomínio Downtown – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro

At.: Gustavo Dezouart

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: Gustavo@oliveiratrust.com.br e agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e/ou Instituição Depositária:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar,

CEP 04538-132, São Paulo – SP

At.: Luiz Loureiro

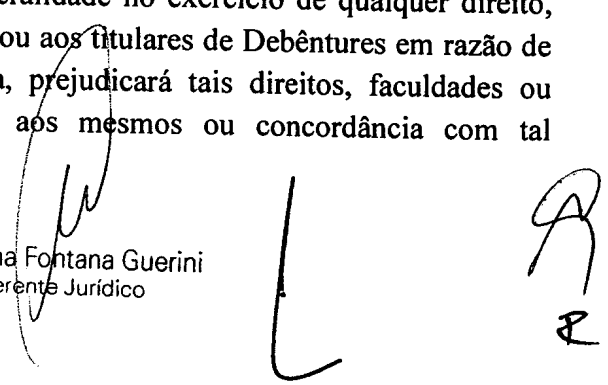
Tel.: (11) 5029-1905

E-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.


10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.


CLÁUSULA ONZE – DO FORO


Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 2 (duas) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 24 de setembro de 2009


Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico




R

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública com Esforços Restritos de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante de Makro Atacadista S.A., celebrado em 24 de setembro de 2009

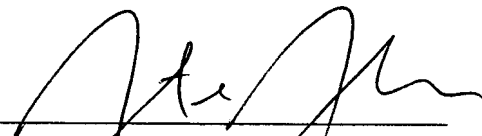
Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico

MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA

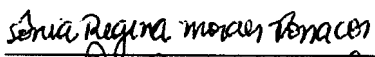

Nome: Ronaldo de Andrade Jr.
Cargo: Diretor Financeiro

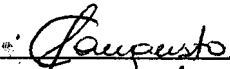

Nome: Rubens Batista Junior
Cargo: Diretor - Presidente

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A


Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva
Cargo: Gerente

Testemunhas:


Nome: Sônia Regina Moraes Bonacem
RG: 20.618.008-1
CPF: 128.201.898-14


Nome: Clea Lucie Augusto
RG: 13.320.255
CPF: 083.234.228-93

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
COM GARANTIA FLUTUANTE DE MAKRO ATACADISTA SOCIEDADE ANÔNIMA**

ANEXO I

LISTA DE PRODUTORES RURAIS E COOPERATIVAS

A lista abaixo contempla alguns dos produtores rurais, cooperativas e fornecedores da agroindústria que atualmente fornecem produtos para a Emissora e que serão elegíveis para a comprovação da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme previsto no item 3.4. da Escritura de Emissão. Além dos citados abaixo, outros produtores rurais pessoas físicas e/ou jurídicas (desde que produtor rural sem qualquer outra atividade), além de cooperativas e fornecedores da agroindústria que eventualmente não constem da lista e/ou iniciem fornecimento para a Emissora também serão elegíveis para fins do disposto no item 3.4. da Escritura de Emissão.

PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S.A.
SADIA S.A.
PARMALAT BRASIL S.A. IND. DE ALIMENTO
BERTIN S.A.
LATICÍNIOS BOM GOSTO LTDA.
SEARA ALIMENTOS S.A.
COOP CENTRAL OESTE CATARINENSE LTDA.
LATICIS MORRINHOS IND COM LTDA.
ELEVA ALIMENTOS S.A.
FRANGO FORTE PRODUTOS AVICOLAS LTDA.
BUNGE ALIMENTOS S.A.
INDUSTRIA DE ALIMENTOS NILZA S.A.
CENTRO DIST HORTIMIX COM IM EX LTDA.
AVIPAL NORDESTE S.A.
NOVA AMÉRICA S.A. AGROENERGIA
CAMIL ALIMENTOS S.A.
J. MACEDO S.A.
JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A.
CLARION S.A. AGROINDUSTRIAL
MOINHO CRUZEIRO DO SUL S.A.
NOVA AMÉRICA S.A. COMERCIAL
MOINHO PAULISTA LTDA.
CORRECTA IND. COM. LTDA.
YOKI ALIM S.A.
COOP AGRÍCOLA CONSOLATA – COPACOL
COSTA SUL PESCADOS LTDA.
BATAVIA S.A.
FRIG MARGEN LTDA.
SOUZA INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA.
USINA DE LATICÍNIOS JUSSARA S.A.
GOIASMINAS IND. DE LATIC. LTDA.
DANONE S.A.
BEM BRASIL ALIMENTOS LTDA.

Christina Fontana Guerini
Gerente Jurídico